

NO PALCO DA HISTÓRIA, O GENERAL DAS MASSAS: A CONSTRUÇÃO DE UM INSULTO EM MEIO A TRAMOIAS POLÍTICAS, CORRESPONDÊNCIAS VAZADAS E O ESCÂNDALO DE UM LEVANTE RESTAURACIONISTA EM 1834



Paulo Montini de Assis Souza Júnior^{1,2}

RESUMO

Em 22 de junho de 1834 foi celebrado, no Teatro Nacional do Recife, o espetáculo *A Rusga da Praia Grande ou o Quixotismo do General das Massas*. Naquela ocasião, a atração fez parte de uma celebração ao presidente da província de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que retornava do interior da província com vitória sobre insurreitos conhecidos por cabanos, que ameaçavam a ordem imperial. A apresentação desta peça na capital pernambucana naquele momento teve um amplo significado político no Brasil do Período Regencial. O artigo analisa como o apelido que intitula o espetáculo foi criado para desprestigiar José Ignacio de Abreu e Lima, general da Colômbia bolivarista que retornou ao Brasil em 1832 defendendo a restauração de Pedro I ao trono do país. Para isso, abordo a circulação e os usos políticos do epíteto “General das Massas” entre alguns dos impressos periódicos no Rio de Janeiro e no

1 Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

2 Doutorando em história no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE). E-mail: paulomontini93@hotmail.com / paulo.montini@ufpe.br

Recife neste cenário das Regências, em meio ao vazamento das correspondências privadas de Abreu e Lima que, para escândalo da classe política fluminense e pernambucana, o colocavam como agente organizador de insurreições armadas próximas ao Rio de Janeiro e em Pernambuco, em articulação inclusive com os cabanos. Concluiu apresentando como a referência de “General das Massas”, originalmente pensada para depreciar Abreu e Lima e utilizada posteriormente de forma positiva pela historiografia que abordou a sua trajetória política e intelectual, foi uma dentre tantas outras formas de insultos e provocações mobilizadas no calor das tensões políticas regenciais na década de 1830.

PALAVRAS-CHAVE

José Ignacio de Abreu e Lima – História do Brasil Império – Insurreições armadas – Período Regencial – Cenário Impresso – Correspondências.

ON THE STAGE OF HISTORY, THE GENERAL OF THE MASSES: THE CONSTRUCTION OF AN INSULT AMIDST POLITICAL INTRIGUES, LEAKED CORRESPONDENCE, AND THE SCANDAL OF A RESTORATIONIST UPRISING IN 1834

ABSTRACT

On June 22, 1834, the play *A Rusga da Praia Grande ou o Quixotismo do General das Massas* was performed at the Teatro Nacional in Recife. On that occasion, the show was part of a celebration honoring the president of the province of Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, who was returning from the province's interior after a victory over insurgents known as cabanos, who were threatening the imperial order. The staging of this play in the pernambucan capital at that moment thus held broad political significance in Brazil during the Regency Period. This article analyzes how the nickname that gives the play its title was coined to discredit José Ignacio de Abreu e Lima, a general from Bolívar's Colombia who had returned to Brazil in 1832 advocating for the restoration of Pedro I to the throne. To that end, I examine the circulation and political uses of the epithet "General das Massas [General of the Masses]" in certain periodicals published in Rio de Janeiro and Recife within the broader context of the Regency Period, amidst the leaking of Abreu e Lima's private correspondence. These letters, to the scandal of the political class in both Rio and Pernambuco, portrayed him as an organizer of armed insurrections near Rio de Janeiro and in Pernambuco, at times in coordination with the cabanos. I conclude by showing how the label "General das Massas," originally intended to disparage Abreu e Lima and later reappropriated in positive terms by historians who studied his political and intellectual trajectory, was just one among many insults and provocations deployed in the heat of political tensions during the 1830s Regency period.

KEYWORDS

José Ignacio de Abreu e Lima – History of the Empire of Brazil – Armed insurrections – Regencial period – Brazilian press scenario – Correspondence.

Recebido em: 01/03/25 - Aprovado em: 29/06/2025

Editora responsável

Adriana P. Campos

Disponibilidade de dados

Os dados e demais informações obtidas para o presente estudo estão no próprio texto

Introdução

Não é nada raro se deparar com o nome de José Ignacio de Abreu e Lima abreviado ao sobrenome herdado do pai e seguido do apelido “General das Massas”. Esta alcunha intitula livros historiográficos³ e reportagens jornalísticas, como aquela publicada pelo *Diário de Pernambuco* em 2015 no material laudatório “Pernambuco, História & Personagens”⁴, por exemplo. A recorrência ao epíteto, contudo, não ficou temporalmente restrita só ao início deste século, e na segunda metade do século XX acadêmicos como Gilberto Freyre, Amaro Quintas e Vamireh Chacon, este último autor da biografia mais conhecida de Abreu e Lima, também se valeram do recurso literário de apresentá-lo aos seus leitores como o “General das Massas”.

Esses usos têm em comum a interpretação positiva do apelido. Alguns o utilizaram como signo da capacidade de Abreu e Lima em mobilizar as camadas populares no Brasil, enquanto outros o interpretaram como sinal do reconhecimento de seus contemporâneos oitocentistas às preocupações do general com os setores socialmente mais vulneráveis do país naquele século. A escrita de um livro intitulado *O Socialismo*, em 1855, pareceu confirmar para Gilberto Freyre a existência de um sujeito que antecipou no Brasil — em especial no Recife! — as considerações de Karl Marx sobre a luta de classes, obra que seria a materialização intelectual das inquietudes de Abreu e Lima com a condição material da maior parte da população brasileira. A participação do general na Insurreição Praieira, mesmo que indireta no que se refere ao conflito militar de fins de 1848 e início de 1849, quando esteve reservado à direção do principal jornal dos revoltosos, o *Diário Novo*, lhe garantiu a pecha de *quarante-huitard* para Amaro Quintas, porque para este historiador estes “revolucionários” em Pernambuco compartilhavam dos mesmos anseios

3 Como o lançado por Ângelo Diogo Mazin e Miguel Stedile em 2006, pela editora Expressão Popular, Abreu e Lima – general das massas.

4 Escrito pelo jornalista e escritor Paulo Santos de Oliveira, coordenador do projeto do jornal recifense. Disponível em: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2016/10/21/j-i-de-abreu-e-lima-o-general-das-massas/>. Acesso em: 28. fev. 2025.

e ideias que daqueles socialistas franceses que haviam desempenhado um papel muito relevante no início da revolução parisiense de fevereiro de 1848⁵. E Vamireh Chacon veria Abreu e Lima como sujeito de “aventuras libertárias” por sua trajetória no continente americano, com um “comportamento revolucionário” digno de outros internacionalistas daquele século XIX, como o italiano Giuseppe Garibaldi, por exemplo⁶.

O início do século XXI pareceu consolidar esta construção acerca do “General das Massas” até entre os países vizinhos ao Brasil na América do Sul. O presidente venezuelano Hugo Chávez, por exemplo, reverenciou Abreu e Lima como “revolucionário”, “socialista” e “homem inspirado” em discurso realizado em Porto Alegre, em 2005 — e para um público claramente estranho ao nome do conterrâneo mencionado⁷. Era o primeiro gesto de instrumentalização política da identidade de Abreu e Lima pelos governos de ocasião do Brasil e da Venezuela.

Desconhecido no seu país natal, o nome deste antigo general brasileiro de Bolívar foi recuperado como símbolo de uma aproximação histórica entre estes dois Estados. Tornou-se a inspiração principal para parcerias comerciais entre os dois governos: estátuas suas foram erguidas, e uma refinaria de petróleo com seu nome, fruto das negociações entre a Petrobras com a PDVSA venezuelana, foi construída em Ipojuca, no estado de Pernambuco, enquanto um grande complexo siderúrgico em Ciudad Piar, no município do estado de Bolívar, leva o nome do brasileiro no país venezuelano. Esta reabilitação do nome de Abreu e Lima pelas autoridades públicas também inspirou, no Brasil, a renovação do interesse acerca de sua trajetória. O documentário *Todo Esto me Parece un Sueño*, de 2008, visto pela socióloga Claudia Poncioni como obra que cai no anacronismo histórico⁸, e o romance histórico *O Mui Desassossegado Senhor General*, de 2010, em que o brasileiro é apresentado pelo autor Sergio Bruni como personagem que conta com “extenso séquito

5 Quintas, 2004, p. 90.

6 Chacon, 1965, p. 145, 179.

7 Na ocasião do V Fórum Social Mundial, sediado na capital do Rio Grande do Sul neste ano. Souza Júnior, 2020, p. 26.

8 Poncioni, 2015, p. 10.

de admiradores [...] que comungam integralmente a visão de um mundo genuinamente igualitário”⁹, por exemplo, foram produções que materializaram a renovação do interesse sobre sua história em seu país natal no início do século XXI.

Neste artigo, problematizarei a construção deste epíteto “General das Massas” no seu momento de produção. O apelido, recorrente em produções sobre Abreu e Lima desde a segunda metade do século passado, foi, na verdade, elaborado no período de maior tensão política do Brasil do século XIX. Os seus primeiros usos datam do início da década de 1830, motivados por um escândalo político que ganhou as principais folhas brasileiras da época e que abalou não só o general. Antes, a querela acarretou em consequências imediatas no xadrez político de Pernambuco e do próprio Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro.

Só compreendemos a criação e o uso eminentemente político deste apelido “General das Massas” quando (II) avaliamos o esforço das autoridades pernambucanas para abafar uma insurreição, a Cabanada, que vinha ganhando força no interior daquela província e da de Alagoas. Movimento armado que, por seu alcance, (III) ganhava espaço nos debates impressos do Rio de Janeiro em muito pela descoberta do envolvimento de Abreu e Lima com os seus líderes, expresso pela publicação de cartas da autoria do general na imprensa que revelavam o seu desejo de levar a ação dos cabanos a municípios próximos da corte, o que (IV) acarretou no surgimento deste “General das Massas” nos periódicos do Rio de Janeiro, alcunha criada e mobilizada por seus críticos e adversários políticos tanto nesta cidade quanto no Recife.

Foi em um cenário politicamente turbulento que o termo foi cunhado. A Regência atravessava um momento de instabilidade institucional e a sua própria ordem institucional ao longo de todo o território brasileiro era ameaçada por conflitos entre as facções políticas dominantes. Na imprensa periódica, a virulência do debate político convivia com as notícias da irrupção de novos levantes por todo o país. O “General das Massas” é fruto desta crise regencial e, ao contrário de suas novas apropriações no

9 Bruni, 2010, p. 80.

século XX, a sua utilização à época esteve longe de expressar aceções favoráveis a Abreu e Lima.

Localizá-lo no seu recorte temporal de criação nos permite analisar como a troca também foi um dos recursos empregados para deslegitimar adversários políticos. Era mais uma tática, portanto, em meio a tantas outras formas de recurso linguístico mobilizadas pelos homens de letras brasileiros engajados na imprensa desta Era Regencial. O “General das Massas” foi só mais um dos vários insultos impressos que dominaram as folhas periódicas de um Brasil ainda recém-independente e que experimentava a explosão e a liberdade da opinião pública. Analisar sua irrupção em meio a estes debates impressos do Brasil dos anos 1830 nos proporciona enxergar como a sátira, o sarcasmo e o escárnio foram métodos instrumentalizados politicamente como forma de deslegitimar adversários políticos neste recorte em que os espaços públicos de todo o país se transformavam.

//

Manoel de Carvalho Paes de Andrade tinha motivos de sobra para festejar nos últimos meses de junho de 1834. Após anos de exílio do Brasil, era celebrado em todo o país por abafar a Cabanada, uma insurreição que dominava boa parte dos sertões de Pernambuco e de Alagoas desde 1832 e que chegou a perturbar a ordem política destas duas províncias. Não menos importante, o triunfo militar à custa dos cabanos permitiu outra vitória ao pernambucano, esta de cunho político: pelo seu desempenho na repressão, Paes de Andrade conseguia resgatar o seu prestígio no Império brasileiro, gravemente arranhado por seu papel de liderança na Confederação do Equador, rebelião que ajudou a articular uma década antes nas províncias do norte do Brasil.

Antigo revolucionário de 1817, este filho de um burocrata reinol conseguiu escapar da violenta devassa joanina que se seguiu refugiando-se nos Estados Unidos onde, para além de aprofundar-se na leitura do constitucionalismo inovador dos federalistas daquele país, também adotou “figura, aspecto, porte, costumes e maneiras” norte-americanas. Da América do Norte, Paes de Andrade também conseguiu uma esposa, a sua segunda, com quem teve três filhos batizados com os nomes dos

estados dali¹⁰. Ficaria mais conhecido mesmo no Brasil sete anos depois, por afrontar as nomeações provinciais de um novo governo feitas por Pedro I no início de 1824, tornando-se um dos principais nomes à frente da Confederação do Equador, movimento federalista que agregou mais uma série de províncias do norte brasileiro, como a Paraíba e o Ceará, e do qual Paes de Andrade seria o presidente.

A historiografia sobre a Confederação do Equador e a atuação de Paes de Andrade na sua ocasião já é considerável. Basta considerarmos as palavras do historiador brasileiro Roderick Barman sobre estes revoltosos que, antes de pregarem uma secessão de qualquer tipo no Brasil, na verdade pensaram para o país uma forma de governo confederado com laços mais afrouxados entre as províncias e o poder central, alternativa de exercício político ao Estado imperial centralizado imposto arbitrariamente por Pedro I para o país com a dissolução da Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição em 1824¹¹. Tal como em 1817, a rápida reação militar das forças da ordem malogrou as ações de Paes de Andrade. Conseguiu fugir da Comissão Militar instalada em Pernambuco e que o condenou à morte exilando-se na Inglaterra, aonde chegou por fugir das tropas imperiais em um navio inglês, a corveta inglesa *Tweed*, após conseguir furar o bloqueio imposto ao Recife pela Armada brasileira em uma jangada de pescador¹².

Foi só no início de 1831 que Paes de Andrade retornou ao Brasil. E voltou com aura de herói: seus primeiros dias no Recife foram acompanhados de música, cortejo popular e fogos de artifício. Afinal, voltava ao país após sete anos no exterior o “Washington brasileiro”, como o apelidou um pasquim federalista do Rio de Janeiro¹³. A imagem do herói liberal de 1817 e 1824 que retornava vinha em movimento propício aos federalistas do país: apenas alguns meses antes, no dia 7 de abril de 1831, Pedro I havia abdicado do trono imperial. Eram meses de incertezas

10 Mello, 2014, p. 163.

11 Barman, 1988, p. 122.

12 Pereira da Silva, 1868, p. 286-287.

13 A folha chamava-se A Matraca dos Farroupilhas. Cavalcanti Júnior, 2015, p. 75.

políticas e da propagação dos mais diversos projetos políticos para o país, marcos iniciais daquilo que o historiador Marcello Basile definiu como o período de “laboratório da Nação” brasileira¹⁴, os anos regenciais.

O retorno de Paes de Andrade também era para assumir o cargo político mais importante de Pernambuco. Por meio de um golpe tramado pelos federalistas da província em janeiro de 1834, em conluio com Guardas Nacionais das freguesias de Santo Antônio, Boa Vista e do bairro do Recife, todos ajuntados na capital pernambucana, e de batalhões estacionados em Olinda, Paes de Andrade, então Comandante da Legião do Recife, que nada fez para dispersar o ajuntamento, assumiu a presidência de fato de Pernambuco. Ao seu antecessor, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, sem apoio político, restou o afastamento sob a justificativa de problemas de saúde¹⁵.

Para muito além das questões médicas, uma insurreição aparentemente incontrolável minou o comando provincial de Almeida e Albuquerque. O primo da tradicional família Cavalcanti, que assumiu o posto de presidência da província pernambucana em dezembro de 1833, vinha enfrentando enormes dificuldades no combate às Cabanadas. O conflito com os cabanos, marcado pela prática de guerrilha dos revoltosos, preocupava as autoridades de Pernambuco e Alagoas desde 1832.

Foi nas matas fronteiriças entre estas duas províncias onde índios, escravos fugidos e camponeses partiram para o conflito armado contra as autoridades imperiais instituídas pela Regência. Documentos coevos apontavam às intenções politicamente restauracionistas dos cabanos, desejosos de ver Pedro I reconduzido ao Rio de Janeiro como o comandante máximo do país. Uma historiografia mais recente nos explica, por outro lado, como havia uma série de outras motivações para além da restauração pedrista que motivaram os cabanos a pegarem em armas contra o governo imperial e seus representantes¹⁶. Índios da aldeia de

14 Basille, 2009.

15 Cavalcanti Júnior, p. 79-80.

16 Sobre a ação desta “gente das matas” e a adesão de cativos à luta dos cabanos, ver “A mata Atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX”, de Carvalho, 2007. Para a participação de indígenas no conflito, movidos por interesses e expectativas próprias, ver “Trabalho, território e

Jacuípe em Alagoas, por exemplo, cerraram fileiras com os cabanos por haverem perdido a proteção que desfrutavam sobre as suas terras antes das reformas instituídas pelas Regências, ameaçadoras de suas posses e de um possível desequilíbrio demográfico nos seus assentamentos por causa do avanço da fronteira açucareira e do recrutamento militar. Costuraram suas alianças cabanas, portanto, em defesa dos seus interesses materiais¹⁷.

Almeida e Albuquerque ainda se deparou com outro problema no enfrentamento desta guerra: o de conciliar o caixa da província pernambucana com a capacidade de manter o conflito com os cabanos. Em suma, como enviou em um relatório ao governo regencial nos primeiros dias de 1834, faltavam reservas humanas, “não temos aqui tropa”, e financeiras, “as forças do tesouro [de Pernambuco] se acham muito diminuídas, em relação a todas as suas aplicações” necessárias no esforço de combate contra as “hordas fraticidas” então dominantes dos sertões alagoano e pernambucano¹⁸. Para piorar, no fim do ano anterior deputados e senadores haviam aprovado e publicado uma anistia aos insurretos, rapidamente desaprovada por muitos que a viram apenas como uma iniciativa que garantiu aos cabanos o ganho de mais tempo e uma preciosa chance de se reabastecerem com armas e munições¹⁹.

Paes de Andrade, por outro lado, tomou medidas enérgicas no combate à Cabanada. Nem bem assumiu a presidência de Pernambuco, mobilizou batalhões da Guarda Nacional do Recife, de Olinda e de Goiana para irem ao teatro de guerra; para além deles, mais de mil praças também foram convocados, assim como soldados vindos do Corpo de Municipais Permanentes, instituição semelhante à polícia que atuava na capital pernambucana. Toda esta gente também seria acompanhada por soldados profissionais, vindos da 1.^a Linha da Paraíba e de Pernambuco, e pela presença ilustre do próprio Paes de Andrade, que partiu com o contingente para o município de Água Preta no primeiro dia de março

participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848)”, de Dantas, 2014.

17 Kraay, 2019, p. 156.

18 Almeida e Albuquerque, 1834, fls. 49-50.

19 Cavalcanti Júnior, 2015, p. 78.

de 1834. Seria por lá onde Paes de Andrade ficaria estacionado, fazendo do pequeno município a sede do governo provincial de Pernambuco por cerca de três meses²⁰.

As ações surtiram rápido efeito. Notícias das vitórias militares sobre os cabanos logo foram divulgadas em impressos do país²¹, e a moral das forças da ordem parecia recuperada. O governo regencial apoiou as medidas de Paes de Andrade, inclusive aquelas como a retirada do *habeas corpus* para os cabanos capturados sob sua ordem ou pela do presidente de Alagoas, e a oferta de vultosa recompensa em dinheiro para quem apresentasse, vivos ou mortos, os líderes da insurreição.

A violência dos conflitos com os cabanos também passou a chegar com mais frequência nos jornais. A descrição famélica dos prisioneiros capturados em combate passou a ocupar a maioria das folhas impressas na capital pernambucana, por exemplo. Ações violentas das tropas imperiais também foram denunciadas, como a da destruição e saque de trinta casas em Barreiros, por exemplo²², e falas como a de um dos comandantes das forças militares em exercício, que disse não hesitar em ser impiedoso com os cabanos porque todo este conflito “caro nos tem custado” e, portanto, “para que não botá-los para o inferno?”²³.

Por tudo isso a volta de Paes de Andrade ao Recife em junho de 1834 fora tão celebrada. No dia 3 deste mês, assumiu oficialmente a presidência da província pernambucana, cumprindo formalmente a nomeação de 22 de fevereiro da Regência que o punha no cargo. Para além da institucionalização de sua presidência, Paes de Andrade alcançou aquilo que parecia muito distante há pelo menos dois anos: o fim da ameaça de uma vitória cabana. Agora a situação do conflito se invertera, e eram

20 Cavalcanti Júnior, 2015, p. 81.

21 Para além da cobertura incessante do Diário de Pernambuco, correspondentes do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, relatavam em 8 de março “as mais esperançosas notícias do estado da guerra dos Cabanos”. Jornal do Commercio, n. 69, 27 Mar. 1834.

22 Carvalho, 2020.

23 Cavalcanti Júnior, 2015, p. 82.

as forças imperiais que pareciam prestes a alcançar a vitória definitiva no conflito pelos sertões de Pernambuco e Alagoas²⁴.

Também por isso, no dia 22 de junho, o presidente e herói de 1817, 1824 e agora de 1834 Paes de Andrade foi ovacionado no Teatro Nacional do Recife. Ocasão de entretenimento e lazer na qual, em que pese a presença do todo vitorioso líder pernambucano, uma série de peças seriam encenadas ao eminente público ali presente. Todas, claro, louvaram a ação imperial contra os inimigos cabanos. Consta-se a apresentação de *O Cabano e o Patriota*, cuja história se passava nas imediações do acampamento insurreto de Panelas, e de *Os Cabanos Destroçados*²⁵.

Todavia, a encenação que talvez mais tenha atraído a atenção do público tenha sido *A Rusga da Praia Grande ou o Quixotismo do General das Massas*, peça escrita pelo eminente cônego Januário da Cunha Barbosa, diretor da Tipografia Nacional no Rio de Janeiro e conhecido redator de uma série de impressos na corte. A sua exibição naquela ocasião no Teatro Nacional, percebe-se, não foi à toa, quando as peças teatrais buscaram levar ao público recifense toda a barbárie e a violência do inimigo cabano. A *Rusga*, porém, também carregou uma implicação política que atravessava em comum o Recife e o Rio de Janeiro. A peça ridicularizava um sujeito que, habitando a capital brasileira à época, foi descoberto tramando insurreições próximos à corte e, tão agravante quanto, apoiando as ações cabanas nas províncias do norte.

O sujeito transformado em personagem principal da comédia não era um incógnito nem na capital do Império brasileiro e muito menos no Recife, o que deve ter feito a felicidade de muitos dos presentes naquele dia no Teatro Nacional; na província pernambucana, a sua família era uma das mais tradicionais nos círculos políticos locais: José Ignacio de Abreu e Lima era o quixotesco “General das Massas” da *Rusga* de Januário da Cunha Barbosa. Os porquês de seu apoio à causa dos cabanos e da consumação de seu apelido em uma peça teatral ajudam a explicar parte das movimentações políticas de um Brasil que, naquele momento,

24 Cavalcanti Júnior, 2015, p. 82.

25 Pereira da Costa, 1966, p. 12.

reorganizava-se institucionalmente e politicamente sem um ocupante no seu cargo máximo, aquele de imperador.



As poeiras das guerras pela independência colombiana nem bem haviam baixado direito quando Abreu e Lima comunicou suas intenções e empenhos ao Brasil e a Pedro I. É o que nos mostra um comunicado de Antonio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, ao todo-poderoso José Bonifácio de Andrada e Silva. O momento não poderia ser dos mais propícios, ao menos para Abreu e Lima: a carta de Cabugá, datada de 5 de outubro de 1822, informava a Bonifácio que se o Brasil tivesse interesse em atar maiores relações com a Colômbia bolivarista havia por lá quem conseguisse “facilitar, [...] de uma maneira satisfatória”²⁶. Cabugá, um dos cabeças do Dezesete, pois foi na sua casa de três andares na Boa Vista onde oficiais militares e comerciantes brasileiros e estrangeiros discutiram ideias republicanas e armaram os planos para a revolução iniciada em 06 de março de 1817²⁷, escreveu ao Patriarca da Independência que lá na Colômbia se achava “um Jovem Pernambucano José Ignacio Ribeiro, que pela sua conduta, e valor, está elevado ao Posto de Cônsul”. A recomendação não se restringia só à intermediação diplomática, e o emissário do Dezesete nos Estados Unidos assegurava a Bonifácio que Abreu e Lima o certificava com certa constância que estava pronto a defender o “Príncipe”, Pedro I, e o Brasil “ao primeiro aviso que eu lhe

26 Gonçalves da Cruz, 1822 [2018], p. 57.

27 Nascido no Recife em 1775 e dono de uma riqueza opulenta, em muito adquirida de herança familiar e dos seus negócios comerciais em Lisboa, Cabugá fez dos seus imóveis, em especial da sua casa no Recife e de uma quinta que possuía, centros de reuniões políticas desde o início do século XIX. De suas constantes viagens à Europa, em especial a Portugal e aos Países Baixos, adquiriu, dentre contratos e oportunidades comerciais, uma biblioteca considerável de livros sobre o liberalismo e painéis que representavam os heróis da Revolução Francesa que adornavam a sua casa na Boa Vista. Líder ativo da revolução de 1817, Cabugá foi enviado aos Estados Unidos por sua fortuna e por seu conhecimento da língua inglesa para comprar armas, arregimentar corsários e voluntários para a causa e para divulgar a revolução naquele país. Malgrado o Dezesete, permaneceu nos Estados Unidos onde, na Filadélfia, articulou a fuga de refugiados da repressão joanina para a América do Norte. Faleceria na Bolívia, em 1833. Para uma biografia de Cabugá, ver Graça e Costa, 1977.

faça”²⁸. Um mês antes da escrita da missiva, Pedro I havia proclamado a Independência, e quem sabe Abreu e Lima não conseguiria conquistar um cargo no nascente Estado de seu país?

Para a insatisfação de Abreu e Lima, as coisas não ocorreram assim. Não que estivesse mal na Colômbia. No país que ajudara a libertar pelas armas e escritas, gozava da confiança de Simón Bolívar e do poderoso séquito de militares que o cercavam. Foi lá, afinal, onde fora acolhido após presenciar o assassinato de seu pai, José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, o Padre Roma, na Bahia durante o avançar da contrarrevolução em 1817.

Então cadete da Academia Militar joanina, onde chegou a servir como lente de matemática na colônia portuguesa de Angola²⁹, Abreu e Lima encontrava-se preso na capital baiana antes do estouro dos acontecimentos de março de 1817 no Recife por causa de certo delito com os presos de uma cadeia em Pernambuco. Seu pai, agente da república proclamada na capital pernambucana, dirigia-se a Salvador para contatar e convencer altos oficiais militares daquela capitania a aderirem à causa revolucionária, tal como conseguira com sucesso pouco antes na comarca de Alagoas. Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão mais novo de José Bonifácio, participante do Dezessete e o responsável pela prisão de Abreu e Lima quando ouvidor em Olinda³⁰, diria nos interrogatórios seguintes à repressão que o Padre Roma também se dirigiu à Bahia para “tirar da prisão seu filho José Ignacio, para se alistar no serviço dos rebeldes”³¹.

Isto explica porque, para além de um secretário, o patriarca dos Abreu e Lima levaria também consigo um de seus outros filhos, Luiz. A jangada em que os três estavam, contudo, sequer chegou a aportar em Salvador. Presos em alto-mar no dia 26 de março de 1817, pai e filho foram conduzidos à mesma prisão onde Abreu e Lima estava encarcerado. No dia seguinte à captura, o governador baiano, Marcos de Noronha e Brito,

28 Gonçalves da Cruz, 1822 [2018], p. 57.

29 Abreu e Lima, 1819 [1953], p. 54.

30 Varnhagen, 1846, p. 24.

31 Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, 1818 [1867], p. 137-138.

o Conde dos Arcos, instaurou uma Comissão Militar sem nem ao menos comunicar sua instalação à administração de João VI no Rio de Janeiro. Nela, decidiu-se pelo fuzilamento imediato do Padre Roma. Os irmãos jamais se esqueceram do evento: Abreu e Lima o registrou anos depois em seu livro de história do Brasil, o *Compendio da Historia do Brasil*³², enquanto Luiz, que adotou o sobrenome Roma em homenagem ao pai³³, relembrou o infortúnio nas praias de Salvador em 1845, em um de seus raros textos publicados na imprensa periódica³⁴.

Foi em 1819 que Abreu e Lima externou, em carta para Bolívar, sua intenção de participar do combate contra os espanhóis. A carta, escrita da Filadélfia, nos Estados Unidos, indica que Abreu e Lima era mais um inscrito no circuito revolucionário operado por Cabugá desde aquela cidade. De lá, Cabugá ajudou uma série de revolucionários vindos em fuga do Brasil a irem para a Colômbia, aonde vinham atuando nos exércitos do *Libertador* desde 1818³⁵.

Em território colombiano e sob as ordens de Bolívar, Abreu e Lima atuou na imprensa periódica, sendo um dos redatores da folha patriota *Correo del Orinoco*, mas logo estaria destacado nos campos de batalha. Também escreveu o *Resúmen*, livro planejado pelo próprio *Libertador* para ser usado em sua defesa na opinião pública europeia, quando sua presidência vinha sendo criticada no *Courrier-Français* pelo franco-suíço Benjamin Constant. Passados os conflitos militares contra os espanhóis e a construção do Estado colombiano, Abreu e Lima também se tornou um burocrata no país: foi chefe do Estado Maior do Exército e dos departamentos militares de Barinas e Caracas³⁶. Mas nada disso, sejam os cargos oficiais, sejam os benefícios de ser um dos integrantes do círculo

32 Abreu e Lima, 1843, p. 284.

33 Carta do General Abreu e Lima Ao Redactor da Aurora, 16. fev. 1833.

34 Diário Novo, n. 163, 28. jul. 1845.

35 Fitz, 2016, p. 70.

36 Analisei esta fase colombiana de Abreu e Lima como burocrata e oficial militar do Estado sob ordens de Simón Bolívar junto ao professor Diogo Arruda Carneiro da Cunha em "As Américas do General: um estudo da construção histórica por José Ignacio de Abreu e Lima na missiva para José Antônio Páez, 1868"; ver Montini; Arruda Carneiro da Cunha, 2024.

social íntimo de Simón Bolívar, parecia afastar o desejo de Abreu e Lima de retornar ao Brasil.

O primeiro corpo diplomático oficial brasileiro nos Estados Unidos notou isso, e registrou em correspondências oficiais a persistência com que Abreu e Lima contatava o canal. Um dos primeiros incorporados à legação oficial brasileira, o diplomata José Silvestre Rebello, comentava ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís José de Carvalho e Mello, que a “correspondência entre a corte do Rio de Janeiro e Washington é quase diária”³⁷, e reportava aos seus superiores, desde fevereiro de 1825, que “aqui [nos Estados Unidos] vive com os colombianos um Coronel Lima; era capitão em Pernambuco, em 1817, e diz que quer voltar ao Brasil”³⁸. O despachante em Washington, todavia, já havia recebido um comunicado datado de 7 de junho da autoria do Ministro Carvalho e Mello comunicando que Pedro I havia sido informado das “ofertas de serviço feitas” por Abreu e Lima, mas que “não se resolveu por ora a aceitá-las e, nesta conformidade, mando responder ao sobredito Lima”³⁹. Mais tarde, em agosto deste mesmo ano, um imperturbável Rebello relatava mais uma vez aos seus superiores no Rio de Janeiro que Abreu e Lima, agora em Caracas, havia escrito duas cartas “pedindo com muita ânsia a comunicação da resposta”. Nas palavras do diplomata, “parece que está ardendo por ver-se outra vez no Brasil”⁴⁰.

Demorariam mais alguns anos até a ânsia de Abreu e Lima ser aplacada, e por circunstâncias indesejadas. A primeira foi a ruptura da ordem bolivarista na Colômbia, com uma degradação das instituições e da própria imagem pública do *Libertador* que levou o país a uma guerra civil e à fragmentação territorial nos últimos anos da década de 1830. Fiel a Bolívar, Abreu e Lima, já com a patente de general, adquirida por todo o seu histórico à ordem do comandante, participou das escaramuças contra os revoltosos, e veria o *Libertador* falecer no departamento de

37 Rebello, 1825 [2018], p. 226.

38 Rebello, 1825 [2018], p. 218.

39 Carvalho e Mello, 1825 [2018], p. 176-177.

40 Rebello, 1825 [2018], p. 273.

Magdalena. Morto Bolívar, voltaria à Filadélfia em 1831, onde se informou de outro desastre: o de que Pedro I, a quem se dispusera em serviço anos antes, abdicara do trono imperial brasileiro.

O acontecimento de 7 de abril de 1831 incomodou Abreu e Lima a ponto de ele escrever uma carta para os irmãos comentando que temia, com a saída de Pedro I e a vacância de um imperador no país, o mesmo destino para o Brasil que aquele reservado à Colômbia: o de guerra civil. Avisou aos irmãos de uma viagem que faria à Europa com a licença concedida pelos novos administradores de Nova Granada, mas já conjecturando sair de lá para o Brasil onde, garantia, se colocaria à defesa daquilo que entendia como a “conservação dos imprescritíveis direitos de meus Concidadãos”. Cansado de revoluções, a “que não quero mais comprometer-me”, prometia engajar-se apenas em causa “mui Nacional, e mui Brasileira”⁴¹. Abreu e Lima enxergou esta bandeira política para o Brasil justamente na figura do ex-imperador.

Por isso, o general pedia generosidade dos irmãos com Pedro I, apesar de ter tomado contato com as decisões arbitrárias praticadas pelo antigo imperador contra seus familiares no Primeiro Reinado. Conhecia, por exemplo, a perseguição movida pelo imperador dois anos antes, na ocasião da insurreição malograda no interior de Pernambuco em 1829. Neste ano, os irmãos de Abreu e Lima iniciaram uma revolta em duas vilas da província proclamando uma república e buscando o apoio de autoridades e instituições locais, como Capitães-Mores e Câmaras Municipais, para aderirem ao que chamaram de “revolução”; resgatavam e repetiam, em 1829, os motes dos liberais radicais de 1817 e 1824, proclamando vivas à “república” e à “liberdade” por onde passavam⁴². A tentativa malograda de rebelião teve ampla repercussão nos jornais do Recife e mesmo nos debates da Assembleia Geral Legislativa na corte, onde se tornou um evento divisor de águas do apoio dos deputados a Pedro I. Temeroso de uma nova revolta de amplo alcance como a Confederação do Equador de anos antes nas províncias do norte, o imperador retirou as garantias

41 O Homem e a América, n. 7, 25. nov. 1831. A carta seria republicada em A Torre de Babel, n. 7, 6. mar. 1833.

42 Carvalho, 2002, p. 169.

constitucionais em Pernambuco, ao que foi duramente criticado pela 1.^a legislatura à época.

Não bastasse a tarefa de conciliar os irmãos com a causa de quem os perseguiu em 1829, Abreu e Lima voltou ao Brasil justo quando o apoio à bandeira pedrista era malvisto. Porque não obstante apoiar Pedro I após o 7 de abril, Abreu e Lima também se construiu, desde que retornou ao Brasil nos últimos meses de 1832, como um *restaurador*, tal como ele mesmo chegou a se definir, ou seja, daqueles “homens que desejam ou que trabalham para que D. Pedro I se torne a sentar no trono” brasileiro⁴³. Engajou-se no cenário impresso do Rio de Janeiro, para onde fora morar após sair da Colômbia e de um breve período em Paris, lançando dois pasquins simpáticos à facção caramuru, coletivo mais conservador da tripartição político-partidária brasileira dos anos regenciais. Neste mesmo artigo em que definia o que era um restaurador no Brasil das Regências, Abreu e Lima também fez uma tipologia destes sujeitos naquele momento: haviam no país os restauradores passivos, “que desejam a volta do ex-Imperador como um dique contra as calamidades públicas” permitidas — e praticadas! — pelo governo regencial, e que não eram pouco numerosos, mas existiam também os restauradores ativos, aqueles “que trabalham para sua volta [refere-se a Pedro I] ao trono; estes são mui poucos”⁴⁴. E é especialmente por meio da correspondência particular do general que descobrimos, quando a figura do antigo imperador era execrada por liberais moderados e exaltados, o Abreu e Lima restaurador *ativo*, agente empenhado no retorno de Pedro I ao comando do Brasil.

O extravio de correspondências foi um problema sério para o general recém-chegado ao Brasil, que experimentou o problema especialmente no início de 1834. Morando no Rio de Janeiro, manteve um contato assíduo com seu irmão, Luiz Roma. Este recebia em primeira mão de Abreu e Lima as últimas notícias que agitavam politicamente a corte fluminense, acompanhadas *in loco* pelo general que não raro também enviava, em anexo com as cartas, pasquins e jornais que circulavam na

43 A Torre de Babel, n. 2, 12 jan. 1833.

44 A Torre de Babel, n. 2, 12 jan. 1833.

cidade. Do Recife, Luiz Roma fazia o mesmo, relatando a Abreu e Lima as notícias da família e, principalmente, aquelas que concerniam ao campo político de Pernambuco.

Pela precariedade do sistema de correios à época, não era incomum as pessoas recorrerem a conhecidos para entregarem as suas correspondências particulares, bilhetes e cartas íntimas à medida que viajavam pelo país. Nada raro também eram estas correspondências caírem em mãos erradas, ficando na posse de inimizados e adversários políticos que logo corriam às tipografias para publicar o material, geralmente polêmico, em todo o seu teor. Por isso, quando o *Diário de Pernambuco* começou a levar ao público uma série de cartas de Abreu e Lima para Luiz Roma, a partir de janeiro de 1834, as graves implicações se fizeram sentir tanto na capital pernambucana quanto na capital imperial. Porque é claro que as correspondências de um general com passado revolucionário republicano na América Hispânica que retornou ao Brasil defendendo, com seus irmãos, a restauração de um imperador impopular ao trono chamaria certamente a atenção naquelas folhas barulhentas da década de 1830. Ainda mais se nelas fossem desvelados os planos e as tramoias acordadas dentre eles em pontos tão díspares no país, das matas de Pernambuco e Alagoas até a Praia Grande, município próximo da corte fluminense. O “General das Massas” estava prestes a entrar em cena.

Foi em 12 de janeiro de 1834 que os leitores do *Diário de Pernambuco* descobriram que uma trama restauracionista vinha sendo armada pelos filhos do Padre Roma. O editor do jornal pernambucano não hesitou em publicar a carta de Abreu e Lima para Luiz Roma na íntegra. Datada de 29 de novembro de 1833, o general no Rio de Janeiro praticamente ordenava ao irmão no Recife para que apressasse o golpe “para que não se malogre de alguma maneira”. A conspiração ficava mais obscura quando Abreu e Lima dizia a Luiz Roma que dispunha da confiança de mais de vinte oficiais militares no Rio de Janeiro, “tanto de caçadores

com[o] de cavalaria”, que poderiam acompanhá-lo a Pernambuco para apoiar a ação do irmão⁴⁵.

Havia motivos para apreensão. Desde que voltara ao Brasil para morar no Rio de Janeiro em 1832, Abreu e Lima se relacionou muito bem com os altos oficiais militares do país e com alguns dos mais ilustres representantes caramurus, como o provam seus pasquins de 1833, a *Arca de Noé* e *A Torre de Babel*. Neles, expôs suas ríspidas críticas aos moderados e exaltados e apresentou as notícias da Sociedade Militar, coletivo caramuru fundado na capital do Império em 1832.

A imprensa periódica brasileira atravessou um momento de transformação nos primeiros anos de Regências no Brasil. 1833, em especial, foi o ano de uma verdadeira explosão da palavra pública, em especial no Rio de Janeiro. Nunca tantas folhas haviam circulado pelas ruas da corte quanto neste ano⁴⁶. Participante da imprensa fluminense, Abreu e Lima se veria envolto com as novas formas de mobilização política que ganhavam as ruas de todo o país, verificada, dentre outras coisas, pelo crescimento de rumores políticos e motins⁴⁷.

Polêmicas impressas imediatamente experimentadas por Abreu e Lima, já que por esses mesmos pasquins e jornais se indispôs com eminentes lideranças moderadas, como Evaristo da Veiga, deputado por Minas Gerais e famoso porta-voz do governo regencial com seu *Aurora Fluminense*. Confusões com redatores não eram novidade para o general, que na Colômbia já havia se envolvido em uma altercação com Antonio Leocadio Gúzman, responsável pelo jornal caraquenho *El Argos* e que havia lançado um violento ataque contra o *português* Abreu e Lima, inclusive duvidando de sua adesão à causa de Bolívar. O brasileiro, antilusitano ferrenho, retalhou o rosto do gazeteiro, sendo punido por Bolívar com a prisão por um tempo⁴⁸.

45 Diário de Pernambuco, n. 292, 12. jan. 1834.

46 Basile, 2014, p. 44.

47 Morel, 2005, p. 209.

48 Montini; Arruda Carneiro da Cunha, 2024, p. 119.

Contudo, a revelação de uma insurreição militar no Brasil era diferente. E a carta transcrita no *Diario de Pernambuco* revelava que Abreu e Lima colocou só uma condição para se dirigir a Pernambuco: a de ser convocado pelo irmão, “porque te prometi não me mover daqui sem o teu aviso”⁴⁹. Danoso para a sua imagem pública era também o seu descrédito com relação à adesão dos caramurus fluminenses ao movimento. Sobre estes, o general confidenciava aos irmãos que eles, do “tal partido chamado caramuru do Rio de Janeiro!!!”, não eram de confiança. Seus partidários só “querem mandar” e, pior, se mostravam dispostos à conciliação com os moderados do governo da Regência em troca de cargos no Estado, “e eu não quero ser nem uma coisa nem outra; e por isso já os não posso aturar”⁵⁰. A eles também faltava o ardor da causa, porque esses caramurus não pensavam em Pedro I e nem se dedicavam aos esforços que deveriam ser feitos para reconduzi-lo ao trono brasileiro.

O mero vazamento da existência de um plano restauracionista articulado por um militar de experiência com seu irmão e envolvendo oficiais do Exército brasileiro já era o suficiente para deixar em alerta as autoridades pernambucanas, mas deve ter sido a menção aos cabanos que fez a direção do jornal governista ver que os sucessos dos planos delineados poderiam lançar não só Pernambuco, mas o próprio norte do país, em um abismo político. Abreu e Lima expressou assim seu ambicioso militar: “Lulu: o Norte é que há de decidir o problema; se tu logres dirigir os cabanos a um centro comum, e consegues um primeiro triunfo, pode contar que a minha incorporação”, aos cabanos, “é sinal de um movimento *geral*”⁵¹. A sinalização de Abreu e Lima, recorde-se, vinha em um momento de fragilidade das forças imperiais na campanha contra a Cabanada, quando se vislumbrava até a ameaça de sua aproximação ao Recife.

49 *Diario de Pernambuco*, n. 292, 12 jan. 1834.

50 *Diario de Pernambuco*, n. 292, 12 jan. 1834.

51 *Diario de Pernambuco*, n. 292, 12 jan. 1834 (grifos nossos).

Era comandando os cabanos que Abreu e Lima confessou “ver-me à frente de vocês; que triunfo, que glória, que feitos tão extraordinários vão a ver-se pela primeira vez no Brasil. E tudo reservado aos pernambucanos!”⁵². Buscou motivar Luiz Roma até apelando para a trajetória do *Libertador*, ao lembrar que “se Bolívar tivesse desacoroçoado na retirada de Ocuare”, ocasião em que o venezuelano, dispondo de pouco mais de 600 homens, declarou a chamada guerra de morte aos espanhóis em setembro de 1816, “nem Colômbia, nem Peru, nem Bolívia estariam hoje inscritas nas listas de nações”⁵³. Abreu e Lima só esqueceu de avisar ao irmão de que a iniciativa patriota terminou em insucesso, com Bolívar batendo em retirada na direção da costa caribenha para se refugiar no Haiti⁵⁴.

Infelizmente não sabemos a resposta de Luiz Roma a todo o incentivo de Abreu e Lima. Porém, conhecemos que foi na casa de José Bernardo de Figueiredo, juiz de paz do 1.º distrito do Colégio, onde ele foi obrigado, nas palavras do *Diário de Pernambuco*, a “assistir a abertura da carta” em plena manhã de sábado, dia 11 de janeiro de 1834. Na presença do juiz de paz, do promotor público do Recife e daqueles que o jornal identificou como “pessoas respeitáveis”, Luiz Roma foi inquirido sobre o conteúdo da correspondência. O *Diário de Pernambuco* e as autoridades públicas da capital pernambucana não tinham dúvidas: a contradição das respostas de Luiz Roma e o teor da carta deixavam claro “a solicitude com que os Romas”, estas “almas criminosas”, se empenharam na causa cabana⁵⁵.

Menos de uma semana depois do interrogatório de Luiz Roma, oito representantes da Câmara Municipal do Recife, dentre eles Simplicio Antonio Mavignier, médico e membro da Sociedade de Medicina de Pernambuco, onde discutia artigos sobre as moléstias reinantes na capital pernambucana, Antonio Peregrino Maciel Monteiro, futuro diretor da Faculdade de Direito de Olinda, e José Machado Freire Pereira da Silva,

52 *Diário de Pernambuco*, n. 292, 12 jan. 1834.

53 *Diário de Pernambuco*, n. 292, 12 jan. 1834.

54 Helg, 2019, p. 24.

55 *Diário de Pernambuco*, n. 292, 12 jan. 1834.

um dos vereadores que em 1824 havia assinado o termo decidido a nem “receber nem jurar” a Constituição proposta por Pedro I⁵⁶, pediam a Paes de Andrade a prisão imediata de Abreu e Lima pelo crime de conspiração. Também recomendavam a comunicação da medida contra o general aos presidentes da Bahia e de Alagoas, “afim de que se evite [a sua] junção com os insurgentes” cabanos⁵⁷. Para piorar a imagem pública da família, o *Diário de Pernambuco* publicou um manifesto de cidadãos do Recife que declaravam apoio às ações contra os cabanos e cobrando das autoridades uma punição ao “suposto general colombiano”, além de um pronunciamento do promotor público, Bernardo de Figueiredo, que comunicava a abertura de autos de denúncia por conspiração contra Abreu e Lima, Luiz Roma, João Roma e Francisco Roma⁵⁸.

No fim de fevereiro de 1834, mais três cartas de Abreu e Lima para Luiz Roma foram publicadas no Recife, e com elas mais planos dos irmãos às Cabanadas vinham à tona. Datadas de outubro de 1833 e dos dias 2 e 15 de janeiro de 1834, as correspondências desvelavam maiores planos para ações cabanas em Pernambuco e Alagoas. Na carta de outubro, por exemplo, além de assumir como estava se sustentando com pouco dinheiro no Rio de Janeiro, apesar de portar-se como “rico e independente” na capital brasileira, “o que de certo me tem dado muito crédito e reputação”, e de como vinha se recuperando de uma operação nos testículos para a retirada de uma hidrocele, que o deixara com inflamação no local, febre e “de barriga para cima há 7 dias”, o general pedia ao irmão para que enviasse a ele uma letra de câmbio no valor de 300\$000 réis antes de partir para Panelas⁵⁹, um dos núcleos cabanos em Pernambuco.

Se Abreu e Lima revelava preocupação com as notícias que recebia de Pernambuco, principalmente por causa da prisão de João Roma, relatada por Luiz no início de dezembro de 1833, também aproveitou as cartas

56 Joaquim de Mello, 1875, p. 73.

57 *Diário de Pernambuco*, n. 296, 17 jan. 1834.

58 *Diário de Pernambuco*, n. 296, 17 jan. 1834.

59 *Diário de Pernambuco*, n. 327, 22 fev. 1834.

para comentar as artimanhas dos restauradores na corte⁶⁰. Informou até sobre um desvio de dinheiro da Sociedade Caramuru a ser empregado na compra de armamentos, munições e no pagamento de insurretos para uma rebelião restauracionista próxima ao Rio de Janeiro. Segundo a carta do general, o maior envolvido no esquema era o coronel Bento José Lamenha Lins, agente da repressão imperial nas províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará quando da “pacificação” à Confederação do Equador em 1824, antigo Comandante das Armas de Santa Catarina e Pernambuco e veterano das guerras na Cisplatina.

Lamenha teria sido indicado por Luiz Roma a Abreu e Lima à causa restauracionista. Na facção, Abreu e Lima diz que conduziu Lamenha por “muito caminho”, lembrando ao irmão como “tu mesmo sabes que nas minhas cartas sempre te falei dele com elogios”⁶¹. Lamenha, afinal, tinha todos os motivos para participar da causa: após a Abdicação, ele foi um dos alvos dos sediciosos à frente da Novembrada⁶², em 1831, agitação militar do baixo oficialato no Recife que exigiu a sua demissão do cargo de Comandante das Armas de Pernambuco. Para o desgosto do general, a recíproca não era verdadeira, e Lamenha o teria tratado com “subterfúgios e desconfiança”. Pior, havia tentado derrubá-lo do posto de liderança dos restauradores, “concorrendo para desacreditar-me fingindo-se meu amigo”⁶³.

O experiente coronel não foi o único citado nominalmente nas cartas de Abreu e Lima. As correspondências revelaram toda uma rede de sociabilidades de restauracionistas que estavam dispostos a fomentar rebeliões em todo o Brasil visando o retorno de Pedro I ao comando do Império. Note-se, *restauracionistas*, não caramurus: Abreu e Lima já andava desconfiado do partido, comandados por “canalhas” no Rio de Janeiro que chegaram a espalhar o boato de que o general estava “comprado pelo governo” regencial. Até por isso, Abreu e Lima escrevia

60 Diário de Pernambuco, n. 327, 22 fev. 1834.

61 Diário de Pernambuco, n. 327, 22 fev. 1834.

62 Santos Júnior, 2020, p. 81.

63 Diário de Pernambuco, n. 327, 22 fev. 1834.

a Luiz Roma que valorizava mesmo eram aquelas “pessoas da Europa influentes com quem me tenho entendido”⁶⁴.

O general estava atento aos passos de Pedro I em Portugal, para onde o Bragança havia retornado desde 22 de setembro, e se mantinha atualizado nos últimos acontecimentos da guerra civil lusitana que opunha o primeiro imperador brasileiro às tropas, já cambaleantes, de seu irmão que mirava o trono português. Mas foi com Amélia de Leuchtenberg, a segunda esposa de Pedro I, de quem Abreu e Lima dizia seguir planos, e ela “não confia tanto em ninguém quanto em mim”⁶⁵. Era a duquesa, que ainda movimentava discussões políticas no Brasil regencial por causa do seu dote anual de 100 contos de réis, defendido por caramurus ilustres da Câmara dos Deputados, como Francisco de Montezuma⁶⁶, quem, no fim das contas, “maneja o negócio da volta de D. Pedro ao Brasil”. Esforço coletivo e transnacional, pelo que depuramos: estariam envolvidos no complô um ministro britânico, cujo nome não é revelado, e Henry John Temple, o Lorde Palmerston, à época o Secretário do Exterior do Reino Unido; segundo Abreu e Lima, Amélia de Leuchtenberg negociava com Palmerston o reconhecimento diplomático britânico caso a restauração de Pedro I ao trono brasileiro fosse bem-sucedida⁶⁷.

Mesmo com a articulação com negociantes e oficiais europeus, Abreu e Lima aproveitou para informar o irmão de que o retorno do imperador só se faria com a cooperação e a vontade dos brasileiros. Pedro I, inclusive, “não admite nesse negócio outra influência senão a dos brasileiros natos”. Até por isso, Abreu e Lima citou a ida do mais novo dos irmãos Andrada, Antonio Carlos, o mesmo envolvido na revolução de 1817, à Inglaterra e à França “em uma missão secreta” da causa restauradora. Na Europa, a missão restauracionista de Antonio Carlos não encontrou maior sorte, e

64 Diário de Pernambuco, n. 292, 12 jan. 1834.

65 Diário de Pernambuco, n. 292, 12 jan. 1834.

66 Aurora Fluminense, n. 805, 12 ago. 1833.

67 Diário de Pernambuco, n. 292, 12 jan. 1834.

as próprias palavras de Pedro I desvaneceram a menor esperança que ainda havia à causa da restauração do antigo imperador no Brasil⁶⁸.

Abreu e Lima deu outro nome ao “negócio” que se refere na carta: contrarrevolução. O general admitia que não compartilhou com nenhum dos caramurus do Rio de Janeiro o plano restauracionista que trouxe da Europa, “porque assim me exigiu a Duquesa [Amélia de Leuchtenberg]”, mas também por desconfiar dos seus co-partidários na capital brasileira. Aquela deveria ser uma contrarrevolução para assegurar a ordem e a causa da “tranquilidade, [...] e do trono imperial”⁶⁹.

Recordemos que na leitura dos opositores dos governos regenciais, uma perturbação das instituições e da ordem brasileira vinha sendo posta em prática desde a saída de Pedro I, afinal. Para os caramurus, a própria Abdicação era o marco inicial desta desordem, pois havia sido uma “infausta revolução” consumada pelos antagonistas do regime monárquico instituído no país. Não à toa, em 1833 Abreu e Lima chamou os líderes governamentais de “arquitetos de ruínas”, que ameaçavam a própria integridade territorial do país com suas ações políticas⁷⁰.

Por isso, Abreu e Lima dizia ser necessária a presença de alguém com “sangue frio [...] para ser chefe” do movimento contrarrevolucionário. Corruptos como Lamenha, que traiu os restauradores de Pernambuco, e aqueles que não tinham “conhecimentos, nem a experiência” para ações do tipo não podiam ter vez quando uma causa tão importante para o horizonte político brasileiro se delineava logo à frente⁷¹.

Os planejamentos, contatos e tramoias golpistas de Abreu e Lima não causaram muita comoção entre os redatores do *Diário de Pernambuco*, no Recife, e da *Aurora Fluminense*, no Rio de Janeiro. Nesta última, Evaristo da Veiga troçava do “tal sem vergonha general das massas”, o “nosso Quixote” com quem “sem ele nada se faz”⁷², enquanto o jornal

68 Soares de Souza, 2021, p. 66.

69 *Diário de Pernambuco*, n. 292, 12. jan. 1834.

70 Souza Júnior, 2020, p. 132.

71 *Diário de Pernambuco*, n. 327, 22. fev. 1834.

72 *Aurora Fluminense*, n. 884, 07 mar. 1834.

pernambucano esmiuçaria duas das cartas do general, linha por linha e sem papas nas línguas: nele Abreu e Lima era caracterizado como um “infame e degenerado pernambucano”, “general cara de bobo”, “impostor, sem vergonha e caloteiro”, “tratante sem par e traidor nunca visto”. O *Diário de Pernambuco* findava seus comentários recomendando que Abreu e Lima “enforque-se [porque] fica livre deste mundo, e nós de Vm. Snr. tratante”⁷³. E tudo isso porque ainda não haviam chegado a Pernambuco as notícias de mais uma malsucedida insurreição restauracionista próxima da corte, esta chefiada diretamente pelo antigo general de Bolívar.

IV

O cônego Januário da Cunha Barbosa já era nos anos 1830 um dos homens mais experientes do Brasil no trabalho tipográfico. Anos antes, havia sido um dos organizadores do *Revérbero Constitucional Fluminense* junto a personagens como Clemente Pereira e Gonçalves Ledo, folha que se destacou no Rio de Janeiro no início dos anos 1820 por sua defesa do constitucionalismo liberal e da Independência. Após a conquista da Independência, Januário da Cunha Barbosa conseguiu ser suplente de deputado em 1826 e, após fracassar em uma eleição na legislatura seguinte, assumiu a direção da Tipografia Nacional e do *Diário Fluminense*⁷⁴.

Antes do início da década de 1830 já se dedicava à escrita literária. Entre 1829 e 1832, Januário da Cunha Barbosa organizou a primeira antologia de poetas brasileiros, o *Parnaso Brasileiro*, enquanto exercia a produção jornalística em outro periódico, o *Correio Oficial*. E foi nesta folha em que o cônego-redator explorou o episódio da Praia Grande, sem poupar a imagem dos seus principais envolvidos. Junto com a *Aurora Fluminense*, foram estes dois jornais que melhor cobriram o fiasco restauracionista chefiado por Abreu e Lima naquele município próximo da corte. A partir deles, o país tomou conhecimento daquilo que o *Diário de Pernambuco* nomearia, mais uma vez tirando sarro do general, de

73 *Diário de Pernambuco*, n. 327, 22 fev. 1834.

74 Lustosa, 2022, p. 417.

"última *Romada*"⁷⁵ – em claro chiste com os supostos feitos grandiosos dos irmãos que haviam adotado como sobrenome o apelido Roma do pai. O "General das Massas" finalmente subia aos palcos.

A ação transcorreu em 14 de fevereiro de 1834. O artigo sobre o evento, publicado pela *Aurora Fluminense* pouco mais de uma semana depois, diz que, às 21 horas desse dia, um comandante da Guarda Nacional de São Gonçalo avistou na fazenda de um caramuru local uma aglomeração de pessoas com intenção de "marcharem de noite sobre a vila"; assustado com a movimentação, o oficial convocou reforços. Ainda nesta noite, um "honrado patriota" viu, próximo a um rio dali, gente armada a cavalo e "um preto com uma carga de armamento". Se lançando à perseguição deste, percebeu que ele largou uma caixa com mais de cem armas, incluindo baionetas⁷⁶. No dia seguinte, à tarde, 40 Guardas Permanentes, com o reforço de Guardas Nacionais, surpreenderam cerca de 60 caramurus no Engenho do Foncela, "sendo incluídos neste número o general Abreu [e] Lima que era comandante daquela força"⁷⁷.

Para além do relato de indivíduos capturados, o *Aurora Fluminense* informava que "70 miseráveis, [...] em grande parte estrangeiros, vagabundos, desses que aqui subsistem de andar pelas ruas ensacando trapos e papéis velhos", comandados por oficiais desertores, "verdadeiros valentões de esquina", estavam envolvidos na trama. O jornal de Evaristo da Veiga também discriminou o aparato apreendido dos caramurus: caixotes com lanças, espingardas, cartuchos e até uma máquina de cunhar cobre estavam nas mãos dos restauracionistas. Todavia, os redatores do jornal faziam a pergunta que logo dominou o pensamento de todos que tomaram conhecimento da intentona: o que pretendiam com o ataque ao município? O que queriam esses "andradistas fanáticos"? Procuravam instaurar uma "guerra de cabanos" próxima ao Rio de Janeiro? E, com forte dose de preconceito, já que segundo o redator não havia ali próximo

75 Diário de Pernambuco, n. 354, 2. abr. 1834 (grifos do autor).

76 *Aurora Fluminense*, n. 877, 19. fev. 1834.

77 *Aurora Fluminense*, n. 880, 26. fev. 1834.

da corte “miseráveis, indigentes, como os salteadores de Panelas e de Jacuípe”, pretendiam mantê-la com quem⁷⁸?

As primeiras respostas vieram, além da própria apuração das autoridades, também por meio de mais cartas vazadas de Abreu e Lima para Luiz Roma. Desta vez, o *Aurora Fluminense* trouxe, em edição do início de março de 1834, três cartas do general, datadas de 12, 14 e 17 de dezembro de 1833. Nelas, Abreu e Lima, já nas primeiras linhas da correspondência do dia 12, dizia não ver salvação para o Brasil “fora dos cabanos”. Relatando mais uma vez debilidades de saúde, já que havia tido dias antes a neuralgia do trigêmeo, “enfermidade nova para mim [que] consiste em uma forte irritação” por todo o rosto, que lhe causava “dores agudíssimas, febre” e dor de cabeça, Abreu e Lima ansiava para que, quando a carta chegasse ao irmão, este já estivesse entre os cabanos do norte, “a cuja cabeça fazes imensa falta”⁷⁹.

O cenário político do Rio de Janeiro também era repassado pelo general, espectador privilegiado daquele cenário político da corte. De lá, Abreu e Lima escreveu a Luiz Roma sobre a violência e as provocações que marcaram o dia de aniversário de Pedro II em 1833. No dia 2 de dezembro daquele ano, os moderados, logo após a chegada da família imperial a um teatro, gritaram vivas à Regência, a Evaristo da Veiga e a Diogo Feijó, passando logo em seguida para “morras ao tutor” José Bonifácio, “aos caramurus, e tantas insolências como se ali não estivesse o [futuro] Imperador” do país. Abreu e Lima também acusou a participação de Guardas Permanentes e do “povo baixo” no destrato ao jovem herdeiro do trono⁸⁰. Em um de seus pasquins de 1833, o general já havia publicado com tons de denúncia que a Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, núcleo dos moderados no município fluminense, havia deliberadamente planejado a confusão, comprando bilhetes para distribuir entre os

78 *Aurora Fluminense*, n. 877, 19. fev. 1834.

79 *Aurora Fluminense*, n. 883, 05 mar. 1834.

80 *Aurora Fluminense*, n. 883, 05 mar. 1834.

“amotinadores” que, na ocasião, ocuparam um bom número de assentos do teatro⁸¹.

O entrevero político no dia de aniversário de Pedro II não se resumiu só em gritos e provocações na casa teatral. A confusão logo ganhou as ruas do Rio de Janeiro. Caramurus e moderados partiram às vias de fato, e um consternado Abreu e Lima contou ao irmão que cerca de duas centenas destes últimos saíram do teatro à sede da Sociedade Militar, sempre à vista dos juízes de paz “e de uma força de [Guardas] Permanentes com um irmão” do então regente Francisco de Lima e Silva — e aqui o general se confundiu: quem esteve na ocasião, na verdade, fora um dos filhos de Francisco de Lima e Silva, Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, comandante deste corpo na corte por sete anos⁸².

No dia seguinte à manifestação no teatro, “o populacho” moderado ainda continuava a onda de violência pelas ruas da capital brasileira. Prelos e tipografias da imprensa caramuru foram destruídos, e casas de eminentes líderes da facção, como a do senador e antigo Ministro da Fazenda de Pedro I Miguel Nogueira Gama, Marquês de Baependi, e de João Huet de Bacelar Pinto Guedes de Souto Maior, coronel e comandante da brigada de artilharia da Armada, chegaram a ser atacadas, com vidraças destruídas pelos moderados. Na carta, Abreu e Lima denunciou ao irmão o autor intelectual “de toda essa farsa”: Aureliano de Souza Coutinho, então Ministro da Justiça da Regência⁸³.

Toda a confusão do 2 de dezembro de 1833 era sinal de desorganização da facção caramuru, acentuada porque Abreu e Lima dizia que José Bonifácio esperava sua recuperação física “para que me ponha à cabeça do negócio” restauracionista. Mas o fato dela ser composta por uma “corja de covardes, e traidores”, em suas próprias palavras para Luiz Roma, também não melhoravam a situação. Para piorar, ainda vinha a ação do governo regencial, que encarcerava os seus opositores, “vê tu que governo tão liberal!”. Não eram momentos promissores à oposição

81 Arca de Noé, n. 20, 05 dez. 1833.

82 Barreto de Souza, 2009, p. 104.

83 Aurora Fluminense, n. 883, 05 mar. 1834.

da Regência, e Abreu e Lima o sintetizaria concluindo como era “maldito [o] Rio de Janeiro, que caro tem me custado até hoje!”⁸⁴.

Até por isso a descoberta pelo governo regencial de outra conspiração caramuru, em dezembro de 1833, não surpreenderia o general. O conluio, que pretendia proteger Bonifácio, que estava prestes a ser removido da tutoria de Pedro II para ser preso em São Cristóvão, nem ao menos se permitiu à discrição: oficiais, soldados “desertores” e “gente aliciada” se reuniram “sem reserva nem segredo algum” para a ocasião. Um dos envolvidos foi um português que, ao ir buscar uma farda no Rio de Janeiro, acabou capturado e revelou o nome de todos os que estavam envolvidos no complô. A partir daí as prisões se sucederam aos conspiracionistas caramurus: foram pegos Lamenha Lins, apontado como chefe do esquema, o brigadeiro Francisco José Soares de Andréa, oficial militar envolvido na contrarrevolução de 1817 e secretário do governo da capitania pernambucana após a repressão, e um certo tenente-coronel Villas Boas. Na carta, Abreu e Lima confessou a Luiz Roma que ver mais este malogro foi como um banho “em água de rosas”, e deu “graças a Deus de que eles mesmos me abandonassem”. Sobrou até provocações aos caramurus que o procuravam, aflitos, para iniciar uma nova insurreição: para estes, Abreu e Lima perguntava sarcasticamente se, caso iniciasse um levante que fosse bem-sucedido, preferiam que ele fosse um ditador ou uma espécie de Bolívar no Brasil⁸⁵.

Os acontecimentos dos dias 14 e 15 de fevereiro em Praia Grande lançaram uma desilusão nos desvarios de Abreu e Lima, para a alegria dos redatores favoráveis ao governo regencial. Os depoimentos dos insurgentes capturados ainda davam um toque burlesco a todo o evento. O baiano João Baptista, “de idade de vinte e dois anos, solteiro, carpinteiro” que já havia servido na Armada brasileira — em que se enfadara “daquela vida” — chegou a dizer que no Engenho do Fonseca viu Abreu e Lima, armado com lanças e disfarçado com barbas postiças, fugir aterrorizado

84 Aurora Fluminense, n. 883, 05 mar. 1834.

85 Aurora Fluminense, n. 883, 05. mar. 1834.

junto a outros chefes da intentona assim que avistaram o que achavam ser “uma grande força de cavalaria, e infantaria”⁸⁶.

Em tom de escárnio, a *Aurora Fluminense* informava que a “campanha da Praia Grande parece de todo concluída. Os bravos soldados do *general das massas*, ou fugiram e se esconderam aonde lhes foi possível fazê-lo, ou caíram nas mãos da força que os perseguia, e se acham presos”. Em tons de provocação, acrescentou: “no número dos primeiros conta-se que o Sr. *Abreu Lima* [...] sem dúvida quis dar o exemplo da velocidade; entre os segundos, aparece o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte”⁸⁷, um dos principais articuladores da conspiração e antigo redator do periódico *Exaltado* da facção homônima, cuja aproximação com os caramurus, para o escândalo das folhas moderadas⁸⁸, foi signo da oposição política feita aos moderados que vinha sendo operada desde algum tempo.

O embaraço da insurreição na Praia Grande atingiu até um “nobre da terra” de Pernambuco em terras fluminenses. Antonio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, futuro Visconde de Albuquerque, antigo oficial do Exército e juiz de paz do 1.º distrito da Praia Grande, tentou retardar as ações legais, demonstrando “grande repugnância em proceder à prisão de certos indivíduos, indigitados como promotores da insurreição” por não haver denúncias formalizadas contra eles⁸⁹. Alguns dias depois, a *Aurora Fluminense* colocaria os pingos nos is e revelava que foi o padre Marcelino Duarte quem Holanda Cavalcanti não quis prender, “apesar dos fortes indícios que depunham contra sua conduta”⁹⁰.

Um dos presos, Silvestre dos Reis Nunes, “natural do Rio de Janeiro, de idade de vinte anos, [...] solteiro”, convidado pelo padre Marcelino Duarte a fazer parte daquela força, relatou que Abreu e Lima, na tentativa de angariar mais pessoas à conspiração, chegou a enviar uma carta a

86 Correio Oficial, n. 49, 01. mar. 1834.

87 *Aurora Fluminense*, n. 880, 26. fev. 1834 (grifos do autor).

88 Pandolfi; Campos; Basile, 2021, p. 31 (grifos do autor).

89 *Aurora Fluminense*, n. 877, 19. fev. 1834.

90 *Aurora Fluminense*, n. 880, 26 fev. 1834.

Holanda Cavalcanti. Responsável por entregá-la ao juiz de paz, Silvestre Nunes descreveu a reação do ilustre Cavalcanti ao ler a carta:

Este a abriu, e tendo acabado de ler, bradara raivoso que não comprometia a sua autoridade, e que se o autor da carta [Abreu e Lima] tivesse a ousadia de aparecer, ele havia de batê-lo, e com isso despediu a ele respondente [Silvestre Nunes], entregando-lhe outra vez a carta, com palavras e gesto de indignado⁹¹.

Quando o cônego Januário da Cunha Barbosa tomou conhecimento das cartas vazadas do general para Luiz Roma no *Diário de Pernambuco* nas últimas semanas de 1834, descreveu o “Snr. Abreu Lima” como um bufão fantasioso, “Marte de barbas postiças”, verdadeiro Quixote caramuru atuando na capital do Império do Brasil. A leitura da correspondência do general terminou servindo de mote para deslegitimar ainda mais os caramurus, grupo que o cônego criticava desde a Abdicação, e Abreu e Lima acabara se tornando uma das peças centrais do tabuleiro político de Bonifácio, o “Caramuru-mór” para Januário da Cunha Barbosa. Restava rir da importância “que esse visionário se dá em suas cartas ao irmão [Luiz Roma] [...]”. O homem só quer fazer medo a quem o não conhece; mas é tão infeliz que por suas cartas descobre o seu fraco”. Nas articulações restauracionistas, provocava o cônego, era este “louco incurável” do Abreu e Lima quem comandaria a tropa que forçaria o retorno de Pedro I ao trono brasileiro⁹²?

A imagem de Quixote caramuru feita por Januário da Cunha Barbosa no *Correio Oficial* também seria replicada pelo *Aurora Fluminense*, que a empregava junto ao epíteto que marcaria Abreu e Lima: o de “General das Massas”, “valentão” que não se pôs em combate na Praia Grande, não conseguiu executar os planos confiados por Amélia de Leuchtenberg e que nem derrubou a Regência por causa de sua “dor agudíssima” no rosto. Evaristo da Veiga aproveitou até para provocar alguns dos opositores, aqueles “bons e pacíficos cidadãos” que, no processo de escolha de juiz de

91 Correio Oficial, n. 43, 22 fev. 1834.

92 Correio Oficial, n. 57, 11 mar. 1834.

paz de um dos distritos da Candelária, cogitaram até em votar no “nosso Dom Quixote”: “contemplem hoje a sua obra, cubram-se de vergonha, e decidam se com efeito merecíamos a morte, quando o chamávamos *aventureiro*”⁹³; todavia, o nome de Abreu e Lima não apareceu nem ao menos dentre os candidatos que receberam votos neste pleito de 1834⁹⁴. Mas o apelido pegou até na terra natal do general: com as notícias do malogro na Praia Grande, o *Diário de Pernambuco* já o citava como o “General das Massas” que desamparou seu exército de *romeiros*, em mais um claro trocadilho com o sobrenome adotado pelos demais filhos do Padre Roma⁹⁵.

Mas foi em uma publicação à parte do *Correio Oficial* em que Januário da Cunha Barbosa traçou em linhas mais ríspidas os envolvidos. Escrita em três atos, a peça teatral *A Rusga da Praia Grande ou o Quixotismo do General das Massas* foi publicada pouco mais de um mês após a descoberta do conluio restauracionista envolvendo Abreu e Lima. A rapidez de sua escrita coincidiu com o sucesso de sua impressão, e uma nova edição sairia já em maio por acessíveis 400 réis “à pedido de muitos curiosos, que desejam possuir juntas as notícias históricas e verdadeiras daquela cômica rusga” próxima da corte⁹⁶.

A comédia, claro, não fez a diversão daquele quem a inspirou. Dez anos depois, Abreu e Lima recordaria que “o Padre Januário [da Cunha Barbosa] me insultava debaixo do anonimato”, em um opúsculo que reafirmava a contenda de ambos: “agora creia que o Padre Januário, [...] me terá nas ancas com botas e esporas até o dia do *requiem in aeternum* de um dos dois”⁹⁷. Outro sujeito polêmico, além dos envolvidos na chefia da rusga, também desaprovou a cômica escrita pelo cônego Januário da Cunha Barbosa: em uma de suas edições de *O Republicano*, o republicano e

93 Aurora Fluminense, n. 884, 07 mar. 1834 (grifos do autor).

94 Para o resultado da eleição para juiz de paz da Candelária, ver o número 54 do Jornal do Commercio, de 07 de março de 1834. As eleições ao cargo foram anunciadas no número 36 do Jornal do Commercio, datado de 14 de fevereiro de 1834.

95 Diário de Pernambuco, n. 354, 02. abr. 1834.

96 Jornal do Commercio, n. 107, 14. mai. 1834.

97 Abreu e Lima, 1844, p. 10 (grifos do autor).

liberal exaltado paraibano Borges da Fonseca fez censuras à peça, sendo por isso repreendido por jornais moderados da capital brasileira que aproveitaram a ocasião para acusá-lo de “escritor público, que [...] vicia a legislação”⁹⁸.

O primeiro a utilizar o termo “General das Massas” para se referir a Abreu e Lima, porém, não foi Januário da Cunha Barbosa, e sim outro eminente personagem político da época. Foi na edição do dia 2 de março de 1833 do seu jornal satírico *Sete d’Abril* que Bernardo Pereira de Vasconcelos publicou três artigos e um soneto que destrataram Abreu e Lima. Lido pelo viés político, era um aceno de Vasconcelos a Evaristo da Veiga, que protagonizava com Abreu e Lima uma discussão pelos impressos no Rio de Janeiro, desavença que sintetizou boa parte das querelas entre caramurus e liberais moderados favoráveis à Regência naquele período.

Se Evaristo da Veiga imputou a Abreu e Lima “o nome de *general sem batalhas*”⁹⁹, Vasconcelos corroboraria a alcunha da *Aurora Fluminense*, apresentando a correspondência de um leitor — o “General Empáfia”! — que dizia estranhar não haver encontrado o nome do pernambucano em livros sobre a história da revolução de Simón Bolívar na Colômbia.

O satírico General Empáfia de Vasconcelos se indignava que Abreu e Lima, em publicações nas quais “modestamente assegurava, que o seu nome pertence à história” colombiana, ainda se usasse dos artifícios de evocar em suas polêmicas “a sombra de um pai [o Padre Roma], que morreu pela causa da liberdade”, sempre revolvendo as suas “sagradas cinzas” para defender no Brasil “os horrores da guerra civil” e a restauração ao trono de “um príncipe [Pedro I] ignóbil, que fugiu dentre nós coberto de ignomínia pelas suas traições, e latrocínios”¹⁰⁰.

Recorrer à figura do Padre Roma, fuzilado pela contrarrevolução ao Dezessete, para criticar o endosso de Abreu e Lima à restauração de Pedro I ao trono brasileiro não foi um artifício mobilizado apenas por

98 A Verdade, n. 300, 26 abr. 1834.

99 Aurora Fluminense, n. 740, 01 mar. 1833 (grifos do autor).

100 O Sete d’Abril, n. 19, 02 mar. 1833.

Vasconcelos; Evaristo da Veiga também manejou a tragédia familiar do general para desmoralizá-lo publicamente¹⁰¹, por exemplo. O que chamava a atenção dos leitores destes impressos à época e, mais tarde, dos historiadores¹⁰², foi a recorrência de uma linguagem cada vez mais virulenta nestes materiais.

Ainda mais se atentarmos a como, na primeira edição dos seus pasquins e jornais, os seus autores se apresentavam como homens racionais, de ilustração, preocupados, sobretudo, em alimentar o bom debate público sobre os problemas que afligiam o Brasil. Não raro, os primeiros números destas publicações vinham com uma carta de apresentação — e de boas intenções! — dos seus redatores, e Abreu e Lima não fugiu da regra. Em um de seus pasquins de 1833 o general o apresentou como impresso disposto a congregar opiniões diversas “de diferentes credos políticos” e de “partidos diametralmente opostos”, porque nele encontrariam um espaço para reunir-se e debater “em santa paz”¹⁰³.

Como bem notou o historiador Marco Morel, estes homens de letras empenhados na produção de impressos periódicos compartilhavam da ambição de executar uma atividade pedagógica e civilizatória¹⁰⁴. Acreditavam que ainda era o momento, passados poucos anos da Independência brasileira, de possibilitar às camadas sociais do país o acesso a um determinado grau de cidadania pela imprensa. Até por isso se apresentavam, também, como cidadãos e racionais.

As boas intenções e os bons modos, claro, não tinham vida longa, e apenas algumas semanas depois Abreu e Lima, por exemplo, comparou os seus detratores a porcos e escravos¹⁰⁵. A adoção de insultos e provocações na gramática destas publicações periódicas também foi o sintoma de que o uso de apelidos, palavras inusitadas e construções de frases com sentidos dúbios, recursos comuns da oralidade, agora migravam também para o

101 Ver Souza Júnior, 2020.

102 Ver, por exemplo, Sodré, 1966.

103 A Arca de Noé, n. 1, 12 fev. 1833.

104 Morel, 2016, p. 254.

105 A Arca de Noé, n. 2, 23 fev. 1833.

mundo das letras impressas. Por isso, a historiadora Marialva Barbosa leu este cenário impresso do Brasil do início dos anos 1830 como momento de nascedouro “de uma cultura política” no país, onde a circulação destes recursos do falar oral se amplificaram nas formas manuscritas para serem, também, transmitidos em letras impressas, uma retroalimentação da comunicação que afetou igualmente letrados e não-letrados¹⁰⁶, quando a leitura, antes de restringir-se a uma atividade solitária, era comumente uma prática coletiva e oral.

A adoção de um linguajar agressivo e grosseiro por parte da imprensa não foi exclusividade do Brasil regencial. A historiadora argentina Hilda Sabato já chegou a comentar como esta “imprensa política”, com sua propensão a “magnificar debates y conflictos”, se consolidou até a metade do século XIX em boa parte dos países americanos¹⁰⁷. O custo, para muitos dos envolvidos, era a distância que esta forma de debate vinha criando do modelo ilustrado de opinião pública inicialmente desejado.

Até por isso, a troça e um certo estilo de escrita grandiloquente vinham sendo empregados para atacar o “General das Massas”. E Bernardo Pereira de Vasconcelos parecia inspirado quando escreveu o seu *Sete d'Abril* de 2 de março de 1833, porque esse mesmo número do pasquim trouxe outro texto aos seus leitores, agora de um suposto leitor da publicação, com a autoria do “Brigadeiro Focas”, que ironizava os argumentos de Abreu e Lima na querela com Evaristo da Veiga; afinal, “ninguém melhor de que eu deve apreciar os altíssimos conceitos, fraseologia tragicômica, imagens e delírios de um *caballero* como vós”, digníssimo colega de armas que “juntará para si as *massas*, e dará leis a quem ousar falar-lhe em Constituição, e Liberdade. Qual Liberdade? Qual Constituição? Pau, chicote, espada, e vamos a eles antes que esfriem as *massas*”¹⁰⁸.

O último texto desta mesma edição do pasquim satírico de Bernardo Pereira de Vasconcelos ainda levava aos leitores uma quadrinha de versos com qualidade muito duvidosa, mas que não deixavam margens de

106 Barbosa, 2010, p. 60.

107 Sabato, 2021, p. 172.

108 O *Sete d'Abril*, n. 19, 02 mar. 1833.

dúvidas de que a sua inspiração era aquele militar “colombiano” recém-chegado ao Rio de Janeiro que, devido a suas escolhas políticas, vinha proporcionando a Vasconcelos e a tanto outros redatores e homens de letras da corte e do Recife de exercerem toda a sua veia humorística e ofensiva:

SONETO

Meu Deus! O que será com este *Tutú*,
Que fala à meia-noite com o Papão,
Que ainda é mais valente que Roldão,
Mais cruel que o cruel Japiassú!!

Que será, se este Herói Caramuru
Para o campo levar seu batalhão?
Só com uma loquaz proclamação
Há de andar tudo aí como um angü.

Que grande mortandade não será!
O sangue há de subir até ao Céu!
Nem pedra sobre pedra ficará!

Ele à *sombra* do Pai já prometeu,
Que o Mundo de terror confessará,
Que Dom *Quixote* é nada ao pé de Abreu¹⁰⁹.

Conclusão

A morte de Pedro I, em setembro de 1834, arrefeceu as conspirações restauracionistas, mas não significou o fim de acusações e hostilidades entre os moderados e exaltados com os antigos adeptos da facção caramuru. A intentona da Praia Grande ainda seria rememorada pelos moderados, inclusive, como exemplo da predileção caramuru por golpes e levantes, motivo para que os liberais da “ordem” não arrefecessem na hora de criticar os membros ilustres daquele partido.

109 O Sete d'Abril, n. 19, 02 mar. 1833 (grifos do autor).

As folhas moderadas circulavam ainda em 1836 a opinião de que uma política de tolerância para com os caramurus devia ser descartada, por exemplo. Os membros da antiga facção eram apresentados como irreconciliáveis e opositores da liberdade, da justiça e, principalmente, do governo regencial brasileiro. Mesmo as tentativas de reconciliação política com os antigos caramurus eram questionadas, visto que “os nossos jornais [da facção moderada] toleram-se; pregavam por toda a parte o esquecimento do passado, a indulgência, e a reconciliação. Perdões e anistias impuseram silêncio a tantos crimes e cessaram eles?”. Ora, pelo menos na ocasião da conspiração da Praia Grande, o perdão parecia estar na ordem do dia, e logo se descobriu que o juiz de paz Holanda Cavalcanti, por exemplo, não quis processar o general como conspirador¹¹⁰, para horror dos redatores moderados de todo o Brasil.

Pouco antes de sua morte em 1869, Abreu e Lima revelou a um velho amigo venezuelano dos tempos de Colômbia, o general José Antonio Páez, como pensou que a volta de Pedro I como imperador após sua abdicação “talvez conviesse ao Brasil”, mas que “Deus o levou antes da realização desse plano”. Esta carta é reveladora de como Abreu e Lima leu sua própria trajetória de vida, porque em certo momento diz que desistiu das questões políticas após a morte do primeiro imperador do Brasil¹¹¹. Silenciava, claro, quase três décadas intensas de atuação no campo, seja no Rio de Janeiro, seja no Recife, para onde finalmente voltaria em julho de 1844.

Abreu e Lima ficou afastado por um tempo da escrita de impressos, desde que o pasquim *O Raio de Júpiter*, do nosso já conhecido de 1834 padre Marcelino Duarte e de Manoel Gaspar de Siqueira Rego, foi suspenso por ordens do governo Feijó em 1837 por abuso de liberdade de imprensa — e de quem receberia a solidariedade de Vasconcelos, que por este ano enfrentava processos judiciais semelhantes devido ao seu *Sete d'Abril*. Daí em diante, até sair do Rio de Janeiro em 1844, o general escreveu esporadicamente para jornais da corte e de municípios vizinhos.

110 Astro de Minas, n. 1023, 07 jun. 1834.

111 O Novo Mundo, n. 31, 23 abr. 1873.

Vinha dedicando-se com mais afincos, afinal, para o ofício de historiador; convidado a ser sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pouco após sua fundação, Abreu e Lima lançaria em 1843 o seu *Compendio da Historia do Brasil*, fruto de suas pesquisas iniciadas ainda no fim da década de 1830.

O retorno a Pernambuco significou, para além de abandonar a participação cotidiana na imprensa fluminense, a chance de Abreu e Lima desvencilhar-se do incômodo “General das Massas”. Não seria chamado assim nos impressos do Recife ou das demais cidades das províncias vizinhas, onde se envolveu profundamente com as questões políticas que dividiam a província pernambucana. Nem durante a fase mais aguda das tensões políticas em Pernambuco, às vésperas da deflagração da Praieira, em 1848, por exemplo, seus adversários recorreram ao apelido. O que não significa, todavia, que não se praticou a literatura ofensiva e humorística nos impressos daquela década em que praieiros e baronistas disputaram eleitores e acessos aos cargos de poder da província nortista¹¹².

Humor e violência foram os termos que a historiadora Isabel Lustosa usou para descrever a trajetória da imprensa no Brasil até a maioridade de Pedro II. Até esta década de 1840, enquanto a estabilidade política não era alcançada no país, os lados em contenda pela hegemonia política experimentavam aquilo que a historiadora chamou de “liberalismo político institucional hobbesiano”, fomentado pela ausência de um Executivo considerado legítimo e por uma considerável liberdade de imprensa¹¹³. A criação e a trajetória deste apelido “General das Massas” talvez seja um dos signos mais latentes destes insultos impressos do Brasil Regencial que, com vestígios de humor, marcaram este período da história brasileira.

112 O rico cenário impresso do Recife e imediações desta década foi objeto de estudos de Amaro Quintas. Ver Quintas, 2004.

113 Lustosa, 2022, p. 420.

Bibliografia

- A ARCA DE NOÉ, Rio de Janeiro, n. 1, 12. fev. 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/702137/1>. Acesso em: 28. jun. 2025.
- A ARCA DE NOÉ, Rio de Janeiro, n. 2, 23. fev. 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/702137/5>. Acesso em: 28. jun. 2025.
- A ARCA DE NOÉ, Rio de Janeiro, n. 20, 05. dez. 1833. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=702137&pagfis=0>. Acesso em 17. jun. 2025.
- A TORRE DE BABEL, Rio de Janeiro, n. 7, 6. mar. 1833. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702129&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- A VERDADE, Rio de Janeiro, n. 300, 26. abr. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/702102/1224>. Acesso em: 25. jun. 2025.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. Carta do general Abreu e Lima ao Redactor da Aurora, Em resposta ao Artigo — Rio de Janeiro — do seu numero 735, de Sexta Feira 15 de Fevereiro. Rio de Janeiro: Typographia de Guerrier & Comp, 1833.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. Compendio da Historia do Brasil I. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1843.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. Petición de José Ignacio de Abreu e Lima. In: VILA, Manuel Pérez (org.). Bolívar y su Epoca: Cartas y documentos dirigidos al Libertador, t. I. Caracas: Secretaria General de La Décima Conferencia Interamericana, 1953.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao conego Januario da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juizo de Francisco Adolpho de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brasil. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1844.
- ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Francisco de Paula. Correspondências para a corte. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Recife, Brasil. Vol. 34, 1834.
- ANDRADA MACHADO, Antonio Carlos de. Perguntas a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado. Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil, t. III, 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/893676/18772>. Acesso em: 01. mar. 2025.
- ASTRO DE MINAS, São João del Rei, n. 1023, 07. jun. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709638/2848>. Acesso em: 25. jun. 2025.

AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 740, 01 mar. 1833.

AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 805, 12 ago. 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706795/3505>. Acesso em: 25. jun. 2025.

AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 877, 19 fev. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706795/3831>. Acesso em: 25. jun. 2025.

AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 880, 26 fev. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706795/3845>. Acesso em: 25. jun. 2025.

AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 883, 05 mar. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706795/3859>. Acesso em: 25. jun. 2025.

AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, n. 884, 07 mar. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/706795/3865>. Acesso em: 25. jun. 2025.

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARMAN, Roderick. Brazil – The forging of a nation. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BARRETO DESOUZA, Adriana. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do Duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 90-111, jul-dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/HNrcMsgDrKwZcMV46sLCvRt/?format=pdf>. Acesso em: 01. mar. 2025.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BASILE, Marcello. O laboratório da Nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial – vol. II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRUNI, Sergio. O mui desassossegado Senhor General: a vida de José Inácio de Abreu e Lima. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARVALHO, Marcus. J. M. A mata Atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX. *Clio*, Recife, v. 2, n. 25, p. 249-266, 2007.

CARVALHO, Marcus. J. M. de. “Aí Vem o Capitão-Mor”: As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 157-187, 2002.

CARVALHO, Marcus. *Insurgent Pernambuco: From the Cabanos War, 1832-1835, to the Praieira Revolution, 1848, 1849*. Oxford Research Encyclopedia, Latin

American History, 2020.

CARVALHO E MELLO, Luís José de. Despacho, 7 de junho de 1825, AH 444/2/28. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Brasil – Estados Unidos, 1824-1829. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes. O herói da Confederação do Equador volta do exílio: Manoel de Carvalho Paes de Andrade e as lutas políticas regenciais (Pernambuco, 1831-1835). *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 33, p. 71-91, 2015.

CHACON, Vamireh. História das idéias socialistas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CORREIOFFICIAL, RiodeJaneiro, n.43, 22 fev. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749443/785>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CORREIOFFICIAL, RiodeJaneiro, n.49, 01 mar. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749443/809>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CORREIOFFICIAL, RiodeJaneiro, n.57, 11 mar. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749443/841>. Acesso em: 25 jun. 2025.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1834). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 107-129, 2014.

DIARIODEPERNAMBUCO, Recife, n.292, 12 jan. 1834. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_01/6404. Acesso em: 25 jun. 2025.

DIARIODEPERNAMBUCO, Recife, n.296, 17 jan. 1834. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_01/6420. Acesso em: 25 jun. 2025.

DIARIODEPERNAMBUCO, Recife, n.327, 22. fev. 1834. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_01/6565. Acesso em: 25 jun. 2025.

DIARIODEPERNAMBUCO, Recife, n.354, 2 abr. 1834. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_01/6689. Acesso em: 25 jun. 2025.

DIARIO NOVO, Recife, n. 163, 28 jul. 1845. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709867/3105>. Acesso em: 01 mar. 2025.

FITZ, Caitlin. *Our Sisters Republics: The United States in an Age of American Revolutions*. Nova Iorque: Norton & Company, 2016.

GRAÇA E COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque da. Elementos para uma Biografia de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá. *Revista do Instituto*

- Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 49, 1977.
- GONÇALVES DA CRUZ, Antonio. Gonçalves da Cruz a José Bonifácio, Philadelphia – 17 de Novembro de 1822. In: Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Diplomático da Independência, vol. 6. Brasília: FUNAG, 2018.
- HELG, Aline. A República de Simón Bolívar: um bastião contra a “tirania” da maioria. Revista sobre acesso à justiça e direito nas Américas. Brasília, vol. 3, n. 3, ago-dez. 2019, p. 10-40. doi: <https://doi.org/10.26512/abyayala.v3i3.30193>.
- JOAQUIM DE MELLO, Antonio (org.). Obras politicas e literarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, t. I. Recife: Typographia Mercantil, 1875.
- JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 36, 14. fev. 1834. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_02/4983. Acesso em: 28. jun. 2025.
- JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 54, 07 mar. 1834. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_02/5055. Acesso em: 28 jun. 2025.
- JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 69, 27 mar. 1834. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_02/5117. Acesso em: 28 jun. 2025.
- JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, n. 107, 14 mai. 1834. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_02/5277. Acesso em: 28 jun. 2025.
- KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra. Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. Varia Historia, Belo Horizonte, n. 67, p. 141-175, jan-abr. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000100006>.
- LUSTOSA, Isabel. Jornalistas impressos: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- MELLO, Evaldo Cabral de. A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- MONTINI, Paulo; ARRUDA CARNEIRO DA CUNHA, Diogo. As Américas do General: um estudo da construção de uma memória histórica por José Ignacio de Abreu e Lima na missiva para José Antonio Páez, 1868. Revista Brasileira do Caribe, São Luís, v. 24, n. 47, p. 103-134, mar. 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/22286>. Acesso em: 01. Mar. 2025.
- MOREL, Marco. A Revolução do Haiti e o Império do Brasil: intermediações e

- rumores. In: CURIEL, Carole Leal (coord.). *Anuario de Estudios Bolivarianos*. Caracas: Bolivarium, 2005.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- O SETE D'ABRIL, Rio de Janeiro, n. 19, 02 mar. 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709476/73>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- O NOVO MUNDO, Nova Iorque, n. 31, 23 abr. 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/122815/511>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- OLIVEIRA, Paulo Sérgio de. J. I. de Abreu e Lima, o "general das massas". Disponível em: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2016/10/21/j-i-de-abreu-e-lima-o-general-das-massas/>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia; CAMPOS, Adriana Pereira; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Percurso de um homem de letras no Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte*. *Almanack*, n. 20, 2021, p. 10-37.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos: 1834-1850*, v. X. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966.
- PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *História da Fundação do Imperio Brasileiro*, t. VII. Rio de Janeiro: Garnier, 1868.
- PONCIONI, Claudia. O curioso percurso do General Abreu e Lima. De personagem histórico a ícone das relações entre a Venezuela de Chavez e o Brasil de Lula. *Impulso*, n. 64, p. 125-131, 2015.
- QUINTAS, Amaro. O espírito *Quarante-Huitard* e a Revolução Praieira. In: *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.
- REBELLO, José Silvestre. Ofício de 26 de fevereiro de 1825, AHI 233/2/21. In: *MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Brasil – Estados Unidos, 1824-1829*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- REBELLO, José Silvestre. Ofício de 26 de março de 1825, AHI 233/2/21. In: *MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Brasil – Estados Unidos, 1824-1829*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- REBELLO, José Silvestre. Ofício de 26 de agosto de 1825, AHI 233/2/21. In: *MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Brasil – Estados Unidos, 1824-1829*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática;

- Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- SABATO, Hilda. Repúblicas del Nuevo Mundo. Buenos Aires: Taurus, 2021.
- SANTOS JÚNIOR, Ivan Soares dos. Entre a harmonização e a federação: sociedades públicas em Pernambuco (1831-1834). 2020. 207f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- SOARES DE SOUZA, José Antônio. Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro. Brasília: FUNDAG, 2021.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA JÚNIOR, Paulo Montini de. Abreu e Lima, redator: estudos sobre cultura política e pensamentos nos pasquins fluminenses de José Ignácio de Abreu e Lima, 1833. 2020. 172f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Replica Apologetica de um Escriptor Calumniado e Juizo Final de um Plagiario Difamador que se Intitula General. Madrid: Imprensa da Viuva de D. R. J. Dominguez, 1846.